

HARVEY, David, *Justice, Nature and the Geography of Difference*  
PELA IGUALDADE – A GEOGRAFIA NO DEBATE  
SOBRE JUSTIÇA SOCIAL

Cambridge, Massachussets, Blackwell, 1996

Marcelo Gomes Justo

Se a geografia trata de diferentes meios e culturas, como conciliá-la com um ideal de justiça social universal? É sobre esta pergunta que David Harvey, em *Justiça, Natureza e Geografia da Diferença* (1996) e David Smith, em *Geografia e Justiça Social* (1994), se debruçam e tratam a justiça social como a grande questão da geografia no final do século 20. A resposta que encontram é a de uma tomada de posição, que se eticamente é a mesma para os dois, no entanto, são metodologicamente divergentes. A ligação entre geografia e justiça social reapareceu nos anos 1960 como uma mudança em relação ao enfoque predominantemente econômico e o trabalho de David Harvey de 1973, *Justiça Social e a Cidade*, reforçou essa tendência. O mais recente trabalho deste autor, ainda inédito no Brasil, confirma essa linha de seu pensamento e aprofunda a discussão. Em seu livro de 1994, David Smith reconheceu o mérito de Harvey e antecipou a discussão que este geógrafo americano iria retomar dois anos depois. Porém, o geógrafo inglês construiu uma reflexão que, mesmo com pontos em comum, se opõe a Harvey por não se propor à construção de uma grande teoria sobre a justiça.

Mesmo não tratando diretamente do Brasil, os textos de Harvey e Smith encaixam-se na nossa realidade de país com uma das maiores desigualdades do mundo. E aqui está a atualidade dos textos: o direito a um lugar no mundo, à moradia (que não é o mesmo que direito à propriedade), à terra como questões da geografia.

Smith coloca o direito à terra como uma ponte entre geografia e justiça social (a justiça social como equidade espacial). Os dois recuperam o tema da justiça social como inerente à geografia. Os autores mostram que essa disciplina, nos anos 90, tem que se desatar do emaranhado “pós-moderno” que predominou na década anterior. Em ambos os trabalhos há uma empreitada em responder às críticas do discurso “feminista” e/ou “desconstrucionista” entre outros, que consideram que é impossível tratar da justiça num sentido universal. Mais uma vez é um desafio à geografia – como disciplina que trata das diferenças – fazer a passagem entre os valores locais e os universais. Nesse sentido, é Smith quem postula que as perspectivas científica e moral são diferentes mas não devem ser vistas inteiramente separadas e defende que a ciência deve assumir posições, por isso o autor define-se como “pós-moderno”

David Harvey, mesmo após o propalado fim das grandes narrativas nas ciências humanas, busca construir uma meta-teoria marxista que articule dialeticamente diferentes tempos e espaços. Essa teoria visa interpretar a (grande) questão: a produção de diferenças geográficas. As diferenças espaciais e ecológicas não são só *constituídas pelo*, mas são *constitutivas do* processo sócio-ecológico e político-econômico (Harvey, 1996: 6). O autor pretende levar adiante a teorização Henri Lefebvre sobre a “produção do espaço”<sup>1</sup> que enfoca a coexistência de diferen-

tes espaço-tempo. Harvey chama a atenção para outros tempos e espaços que coexistem ao predominante processo espaço temporal de expansão e de acumulação de capital. Neste sentido, a teoria desse geógrafo tem o potencial explicativo de que a expansão do capital convive, cria e destrói diferentes temporalidades e também espacialidades. Para tal teorização, enfrenta as críticas que os chamados pós-modernos fazem ao (pretensioso) pensamento universalizante e procura justamente as brechas do pensamento moderno; por exemplo, em sua concepção de coexistência dialética de diferentes tempos e espaços assume o lado que critica a existência de espaço e tempo absolutos da física clássica newtoniana. Harvey aponta que as meta-narrativas de Marx ou de Weber privilegiaram a mudança temporal e a desconstrução destas invocaram metáforas espaciais (por exemplo os trabalhos de Foucault). E, como resposta à visão que coloca o tempo histórico no fluxo contínuo e incessante do devir, ele chama a atenção para “permanências” que dão significado à vida e por isso defende uma dialética histórica e geográfica.

O professor da Universidade John Hopkins dá um passo a frente quanto à questão de valores ao relacioná-la com justiça social e justiça ambiental. Diante do fluxo contínuo das mudanças sociais, procura não se ater propriamente aos valores, mas ao processo de valorização (“valuation”). O dinheiro é um símbolo dominante do processo de valorização e se neste processo o dinheiro é definidor de espaço, tempo, meio ambiente e lugar, não se pode tratá-lo fora de uma conexão entre as valorizações dominante e as alternativas, como veremos adiante.

A partir da constatação sociológica de que tempo e espaço são construções sociais, o autor postula que as diferentes formulações dessas duas categorias dependem: da luta pela sobrevivência material; das habilidades cultural e intelectual específicas de cada povo, e, que respondem a fatos objetivos e estão implicadas no processo de reprodução social. Assim, ações e ataques ao domínio de um único tempo/espaço requerem

uma mudança na própria espaço-temporalidade. Ou seja, a luta contra o “processo social dominante” precisa encontrar um espaço de liberdade fora do âmbito do controle social, que seria a *heterotopia* (conceito retirado de Foucault).

Então, Harvey analisa a espaço-temporalidade do dinheiro e mostra que é possível se construir uma *prática social de valorização* (“*valuation*”) diferente daquela dominante no sistema econômico da sociedade moderna. Um exemplo é um tipo de dinheiro local chamado “dinheiro verde”. Esta foi uma criação em resposta ao desemprego, que começou na cidade de Courtenay, no Canadá nos anos 1980, onde criaram o “Local Employment and Trade System” ou simplesmente “LETS” que consiste numa prática social que leva os indivíduos a criarem um certo tipo de dinheiro que corporifica um tipo diferente de espaço temporalidade daquele experimentado no mercado formal, mas que é construído sob uma singular relação com a forma comum do papel moeda<sup>2</sup>

O conceito geográfico de lugar (“*place*”) aparece no livro como ferramenta para a relação dialética entre o local e o global. Aqui podemos ver como o autor se situa pessoalmente: há diferentes níveis de abstração quando se trata de lutar no particular e ambicionar o global, de modo que nem sempre uma luta local vai ser progressista. Por isso, Harvey defende essa abordagem de diferentes níveis de abstração quando se busca uma transformação social total e não meramente local.

Para ele, “lugar” também é uma construção social e o processo de sua formação é justamente o entalhar de “permanências” no fluxo contínuo espaço/ tempo, ou o perpétuo perecimento. O conceito de lugar tem um duplo significado: localização ou mapeamento e permanência (o lugar nomeado). A idéia principal embutida é a tensão entre a fixidez de barreiras “locais” e a mobilidade espacial do capital. Então surgem preocupações com os lugares tanto para quebrar essas barreiras quanto para preservar certos locais. Os lugares diferenciados surgem como atra-

tivos para investimentos imobiliários e a mercantilização da cultura arquitetônica e estilística que são oferecidas acabam por homogeneizá-los. O autor lembra que para Lefebvre (1991) a luta de classes se inscreve no espaço através do desenvolvimento da qualidade dos lugares. É no “lugar” que se pode resistir e/ou rejeitar a lógica capitalista de construção de lugares. Porém, isso não quer dizer que ao reativarmos nosso sentido de lugar vamos necessariamente cuidar do meio ambiente porque há um problema de escala: o “lugar” refere-se à escala do corpo humano como medida de todas as coisas, então, o autor adverte para uma possível nova fetichização do corpo no sentido de restringir a luta ao nível particular e não global. Ou seja, Harvey defende a importância do lugar mas desde que haja também a referência a algo maior, o espaço. Ao buscar a compreensão da produção de diferenças histórico-geográficas, está longe de defender a política do isolacionismo comunitário ou de um insensível universalismo.

A crítica pós-moderna ao universalismo tornou problemática a aplicação do conceito de justiça social e mostrou que nada é mais desigual do que tratar como iguais pessoas que são desiguais. Assim a questão da justiça social teria se tornado tão heterogênea e situacional que não seria possível uma concepção universal normativa. A questão da “desconstrução” e do criticismo teóricos revelaram como todos os discursos sobre justiça social escondem relações de poder, pondera o autor. Então, Harvey procura construir uma ponte entre o suposto universalismo moderno e as particularidades pós-modernas. Algum tipo de universalização é buscado, numa epistemologia que possa estabelecer quando, como e onde a diferença e a heterogeneidade são significantes. Universalidade construída na dialética entre universalismo e particularismo. Segundo o autor, se o respeito pela condição de sem-teto – ou racialmente ou sexualmente oprimido – não implica o respeito pelo processo de criação da condição de sem-teto, então, a identidade política deve operar mais no sentido de procurar eli-

minar o processo que cria o problema do que meramente dar lugar a identidades diferenciadas que surgem.

A questão propriamente da justiça aparece ao tratar da ecologia. Harvey, através de uma análise de discurso situa e debate com as correntes que reivindicam uma “justiça ambiental”. A “visão padrão” trata o problema ambiental pelo viés de intervir após o estrago feito. Isto é, nessa visão não há a preocupação prévia com questões ambientais, pois, o progresso econômico e o desenvolvimento material não seriam em si um risco ao meio ambiente, embora possam ocorrer acidentes. Ao contrário, a tese da corrente da “modernização ecológica” estabelece que as atividades econômicas produzem sistematicamente danos ambientais. Por isso, é necessário um trabalho de prevenção e daí a importância das ciências nesse discurso. É o chamado “desenvolvimento sustentável” que até grandes bancos passaram a defender. Um dos problemas dessa corrente foi que o desenvolvimento de tecnologias mais “ecológicas” virou fator de destaque na competitividade empresarial e de lucros devido à exportação desta tecnologia. Outra corrente defende o “uso inteligente” dos recursos naturais, desde que não se mexa com a propriedade privada dos meios de produção. Esta linha do “uso inteligente” é uma reação de direita quanto a uma possível ameaça à propriedade privada vinda da corrente da “modernização ecológica”. O “movimento por justiça ambiental” seria a corrente ecológica mais radical porque coloca também a preocupação com a sobrevivência das pessoas. Esta corrente incorpora aspectos de justiça social em relação às discriminações de raça e de gênero. Porém, seu discurso não sai do registro local, seus militantes não articulam o que acontece num lugar com as questões espaciais mais amplas. A posição de Harvey é que os militantes ecológicos precisam encontrar um discurso com generalidade e universalidade que reúna a ambição emancipatória por justiça social com um forte reconhecimento de que esta é impossível sem uma justiça ambiental e vice-versa. Con-

frontar os processos que criam injustiça e buscar modos de produção, de consumo e de distribuição alternativos seria a verdadeira radicalização do discurso ecológico; em outras palavras, seria um projeto de classe.

O fôlego argumentativo de Harvey o faz incorporar algumas das críticas que os chamados autores pós-modernos fazem às grandes narrativas; porém, ele não sai do registro de que – em última instância – as coisas se restringem a processos de acumulação de capital e de resistência a este.

\*\*\*

Como veremos, o inglês David Smith – antes desse trabalho de Harvey já havia retomado as críticas dos ditos pós-modernos e procurado a possibilidade de se pensar uma universalidade da justiça social, porém, sem propor uma meta-teoria.

Dividindo seu livro em duas partes, Smith primeiro faz uma ampla revisão das teorias sobre justiça social, passando pelas correntes clássicas do liberalismo (igualitarismo, utilitarismo, liberalismo e contratualismo) e do que chamou de reação (marxismo, comunitarismo e feminismo), para depois aplicá-las a estudos de casos.

No começo de tal percurso, remete à discussão do que chamou de elementos da justiça (ética e moralidade, direitos, associação, espaço, tempo e desigualdade e diferença), para fazer algumas reflexões. Deve haver um padrão possivelmente universal para sair do dilema de ou se aceita a relatividade temporal e espacial dos diversos códigos morais, ou se encontra um caminho para julgá-los. Assim, ele quebra com o relativismo absoluto de valores que impede qualquer universalização, como é proposto pelo chamado feminismo pós-moderno.

O autor sai do nó ao adotar seu posicionamento metodológico: seguir a linha do pós-modernismo e retirar da esfera da grande teoria uma forma de relativismo eticamente valorativo. “Nós

simplesmente escolhemos nossa teoria favorita de acordo com nossos próprios julgamentos morais” (tradução literal do original em inglês, pp. 117). Assim, nos estudos de casos utiliza todas as correntes teóricas sobre justiça social fazendo certas ressalvas. Não está incluída a concepção que valoriza o benefício da propriedade, porque permite graus de desigualdade. Também a preocupação com as diferenças ao ponto de excluir qualquer similaridade humana não é levada em conta. *Não há alternativa ao ser humano que não seja ocupar um espaço, um lugar para viver.*

A geografia sempre levou em conta em suas análises as diferenças regionais e agora esse lugar comum aos geógrafos entrou para o “mainstream” do balanço sobre justiça social, constata o autor. Diferença não significa desigualdade. “Desigualdade pode ser pensada como um tipo particular de diferença entre as pessoas, sobre a qual surgem questões morais” (tradução literal do original em inglês, pp. 49). As diferenças regionais e culturais devem ser levadas em questão no sentido de se combater a desigualdade. O autor assume o ideal distributivo em que “justiça” e imparcialidade envolvem a expectativa de que as pessoas em circunstâncias iguais sejam tratadas do mesmo jeito e as diferentes sejam tratadas diferentemente, como nas ações afirmativas. A justiça não estaria restrita aos bens materiais. Ao mesmo tempo que é distributiva, a justiça deve ser relacional: “quem tem o que, onde e como” Notam-se aqui pontos em comum entre os trabalhos de Harvey e Smith; porém, a diferença é que o primeiro enfoca a justiça mais pelo lado ecológico e o segundo pela distribuição do espaço.

O espaço social vai aparecer como um elemento da justiça porque está implicado na noção de exclusão/inclusão social. Smith aponta três aspectos do espaço geográfico: extensão das crenças morais e princípios de justiça social que podem surgir nas diferentes localidades geográficas; papel da distância na responsabilidade moral (agir ou não agir em relação ao sofrimento

alheio, dependendo da distância; neste caso, há uma tensão entre universalidade e imparcialidade, de um lado, e realidade do espaço mediado pelo contato humano, de outro); escala espacial de análise da discussão de justiça social. O tempo entra como elemento de justiça no sentido de qual a responsabilidade das pessoas do presente com aqueles de outros tempos.

Na segunda parte, por meio de estudos de casos, procura aplicar na prática os conceitos de justiça social e iluminar as questões geográficas sobre distribuição e estruturas responsáveis pela desigualdade. Ao final de cada um dos casos estudados, o autor coloca-se pessoalmente, descrevendo uma cena que é paradigmática da situação retratada. Com esses estudos de caso, explica como a desigualdade se manifesta na distribuição espacial.

Primeiro Smith trata das desigualdades em algumas cidades dos Estados Unidos pela relação entre renda e qualidade de moradia. A desigual condição de moradia entre brancos e negros nos Estados Unidos aparece num estudo sobre a cidade de Atlanta, estado da Georgia, onde começaram os movimentos de direitos civis dos negros com Martin Luther King Jr. Em 1990, a cidade possuía 400 mil habitantes, sendo 2/3 de negros. Assim como outras sete cidades do leste do país, Atlanta, entre 1956 e 1966, passou por uma transformação radical do seu centro urbano com a retirada de casas pobres, de negros, para a construção de centros comerciais e empresariais. Assim, as áreas residenciais negras passaram para os subúrbios, distantes dos locais de trabalho. Mesmo tendo crescido em números absolutos a renda para os dois grupos, entre 1960 e 1990, a distância entre os dois patamares aumentou. Como a renda é um "bem dominante" sua desigual distribuição gera uma similar desigualdade em outras esferas da vida. Corrigindo essas desigualdades, os americanos estarão numa posição melhor para comandar a moralidade de seu meio de vida aos outros países, provoca o autor.

A desigualdade espacial também ocorre

em cidades do então chamado Leste Europeu. Sobre Moscou o autor mostra, por mapa, que há maior "living space" (metro quadrado por pessoa) nas casas do centro da cidade do que na periferia. Problemas semelhantes de moradia são constatados em Varsóvia, Polônia, e em duas cidades da Hungria, onde há distinção entre as qualidades das moradias para a classe trabalhadora e para os burocratas. O professor da Universidade de Londres classifica essas situações como um novo antagonismo de "classe social": a avaliação estatal da contribuição do trabalho virou o bem dominante, a posição nesta esfera gerou desigualdades nas outras esferas da vida. A distribuição baseada na contribuição social justificou alguns privilégios para aqueles em posição de responsabilidade. Assim, o autor alerta para o processo de privatização do Estado que começou a ocorrer nesses países que, com as regras adotadas, não pode gerar justiça social. (Qualquer semelhança com o Brasil é mera coincidência?)

O autor estuda o caso da África do Sul depois do *Apartheid* por dois focos: a distribuição de terra e a redistribuição de renda. Entre 1960 e 1980, mais de um milhão de negros (rendeiros, posseiros e meeiros) foram expulsos de fazendas de brancos. Com o final do *Apartheid*, a reforma agrária está na agenda, mas o autor adverte: qualquer saída hoje do problema não depende só de corrigir as injustiças passadas e de distribuir justamente os recursos entre os habitantes porque é preciso melhorar a renda dos não brancos. A diferença de renda entre os grupos étnicos vem diminuindo, mas nesse ritmo demorará muitas décadas para se equilibrar. Assim, Smith sugere três estágios para acelerar a igualdade nos padrões de vida: re-alocação dos gastos públicos; redistribuição da riqueza; mudança estrutural; pois, uma "discriminação positiva" no sentido de aumentar os serviços sociais para a população negra, é prioridade. O geógrafo inglês visa que não ocorra na África do Sul a "solução americana" em decorrência da qual os negros alcançaram direitos sem uma correspondente mudança social ou econômica.

Por fim, Smith lida com as relações entre território, comunidade e moradia. Tomando o "lugar" (*place*) como uma necessidade de nossa existência, porque é o que nos dá a noção de identidade, traz a reflexão sobre o que o território e a sua perda significam para um povo ou um grupo étnico. O distrito Seis na cidade do Cabo, na África do Sul, tinha uma alma para seus habitantes negros e em 1966 foi inteiramente destruído e transformado em área residencial de pessoas brancas. Os ex-moradores associaram a destruição daquele distrito com a morte. O autor avalia como um grande dano psicológico às crianças o fato de terem testemunhado a demolição de sua comunidade por máquinas. A erradicação de judeus no gueto de Lodz na Polônia foi um exemplo radical da perda de significado de um lugar para aqueles poucos que sobreviveram.

Smith retrata também a relação simbólica de um povo com determinado lugar ao relatar que os palestinos continuam a usar os nomes dos lugares que não existem mais ou que os judeus renomearam. Outro instrumento para a perda de sentido de lugar pode ser as forças de mercado, como por exemplo, uma fábrica que fechou em Manchester, na década de 80, deixando mil operários sem emprego. A perda da comunidade e do emprego pode significar ficar sem casa, literalmente. Tem crescido o número de moradores de rua tanto na Inglaterra (mais de 500 mil) quan-

to nos Estados Unidos (entre 250 mil e 3 milhões), nos anos 90.

Por conclusão, Smith retoma a associação entre geografia e justiça social como uma forma de unir ciência e ética. Essa postura diz respeito à responsabilidade com o outro distante, é uma dimensão espacial de um relativismo ético. Por isso, ele valoriza a força e a atualidade de estudos de casos locais que a geografia vem desenvolvendo, com aspiração de princípios de justiça como equidade.

O autor procura sair do registro econômico de que a igualdade seria mera redistribuição de bens, mas não traz elementos outros como valores morais variados dos povos. Assim, as suas observações sobre a diferença não são completamente exploradas.

Enfim, o século termina com a geografia reivindicando justiça social. A separação entre ciência e ética foi colocada em xeque. Entre as semelhantes análises dos dois autores aqui tratadas há dois caminhos que refletem as tendências nas ciências humanas nos últimos anos: a busca ou negação de uma macro teoria explicativa. Quanto à defesa da justiça social não há bifurcação: é uma tomada de posição.

## Notas

1 O livro de Henri Lefebvre, *A Produção do Espaço* (1974), teve em sua primeira edição em língua inglesa, em 1991, um posfácio de David Harvey. Ver: Henri LEFEBVRE (1991), *The Production of Space*, Cambridge, Massachusetts, Blackwell. (Tradução de Donald Nicholson-Smith.)

2 No livro de Paul SINGER (1998), *Globalização e Desemprego*, São Paulo, Contexto (especialmente nas páginas 130-4), há um estudo sobre os LETS e seu crescimento pelo mundo.